



O SONHO DE UM FARMACÊUTICO MELHOR

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista

A **IV Conferência Nacional de Educação Farmacêutica**, realizada pelo Conselho Federal de Farmácia, no Grand Bittar Hotel, em Brasília, de 25 a 27 de outubro, voltou a tocar em pontos capitais – e polêmicos – da realidade do setor de ensino de Farmácia, no Brasil. Pensamento comum entre os participantes do evento: existe uma necessidade premente de as instituições de ensino de Farmácia promoverem uma mudança radical em sua metodologia de ensino. Ficou claro, ainda, que embora 74% dos cursos informem que já tenham implementado as Diretrizes Curriculares, a maioria ainda não encontrou a forma de integrar entre si os conteúdos das áreas de Alimentos, Medicamentos e Análises Clínicas.

Caixa de reverberação da educação farmacêutica brasileira, as Conferências abriram caminho para transformações necessárias e importantes do setor. Nesta quarta edição, coordenadores de cursos, professores e acadêmicos de

Farmácia reuniram-se em torno do tema central “Paradigmas da nova educação farmacêutica”. Abrangente, o tema derivou em diversas mesas-redondas e palestras.

Nos três dias de realização, o evento fez uma radiografia da educação farmacêutica muito precisa. Deixou claro, por exemplo, que a maioria das instituições de ensino de Farmácia não estão conseguindo implementar aquilo que é uma das recomendações basilares das Diretrizes: que os conteúdos das áreas Alimentos, Medicamentos e Análises Clínicas sejam integrados.

A integração de conteúdos é uma pedra angular da nova educação. Mas, infelizmente, muitas instituições estão apenas juntando os conteúdos anteriormente existentes aos outros. “Isso é apenas uma adição, mas não é integração”, reage a integrante da Comissão de Ensino do CFF, Zilamar da Costa Fernandes, ex-professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialista em Homeopatia.



Graças à integração, é possível, por exemplo, fazer com que a disciplina Parasitologia Básica, que antes pertencia ao ciclo básico do curso de Farmácia, seja inserida ao núcleo de formação geral junto à Imunologia e à Saúde Pública, todas integradas à Imunologia Clínica e à Parasitologia

Clínica do núcleo especializado (o ciclo básico corresponde ao atual núcleo de formação geral).

Qual a utilidade prática disso? A integração dessas disciplinas reforça o aprendizado da atenção farmacêutica num nível de conhecimento mais complexo. Assim, a atenção pode ser aplicada nos estágios parciais, obrigatórios desde o início do curso.

A dissociação de uma disciplina da outra gera um prejuízo incalculável para o aluno. Tomando a Parasitologia como exemplo, a professora Zilamar Fernandes lembra que o acadêmico a estudava, no início do curso. Depois, só no final do curso, voltava a mergulhar na disciplina, no caso a Parasitologia Clínica. O tempo entre um estudo e outro é tamanho que gera um natural esquecimento do seu conteúdo, forçando o professor a ter que voltar à estaca zero. Outro prejuízo é a superposição de conteúdos.

Novos paradigmas – O eixo de paradigmas está sendo radicalmente invertido com a nova educação farmacêutica. O ensino, até aqui focado no tecnicismo que vem dos anos 60, identificado pelos currículos mínimos, dá lugar à compreensão humanística, social,

cultural, comportamental, psicológica, ecológica, ética, legal, além de trazer para o centro da nova cena a necessidade de comunicação e de conhecimento de gestão administrativa e operacional do novo acadêmico.

É óbvio que o ensino contempla também (e não poderia deixar de ser, é claro) as ciências farmacêuticas, exatas, biológicas e da saúde, além das atividades complementares. Estas últimas têm um peso decisivo para a formação do novo farmacêutico, pois abrem espaço para que o acadêmico, desde o início do curso, aproxime-se da realidade social, não como um expectador, mas como um agente que pode compreendê-la e ajudar a transformá-la.

As atividades complementares são as monitorias, os estágios, os programas de extensão e de iniciação científica, entre uma infinidade de outras iniciativas que as instituições de ensino terão que buscar. Agora, cada um deve abrir o seu próprio caminho. Ferramentas para isso não faltam. O importante é levar o futuro farmacêutico a ser o profissional de saúde que a sociedade, o mercado, a saúde exigem.

O acadêmico gerado à luz

dessa nova educação precisará, primeiramente, a aprender a aprender. As fontes de informação já não estão exclusivamente na cabeça do seu professor, na universidade (biblioteca e laboratórios). O mundo cresceu e se aproximou, disponibilizando uma quantidade inimaginável de informações. Portanto, o acadêmico terá de saber estudar sozinho, acompanhar a evolução tecnológica e social, aprender a ser solidário.

Diante de tantas mudanças, é de se supor que a metodologia de ensino sofra um choque de renovação. Afinal, os paradigmas são outros. O professor está deixando de centralizar em si próprio todo o processo de conhecimento e de cultura dentro de um sistema “de submissão do aluno”, avaliam os especialistas. Era uma concepção autoritária e dominadora. Agora, o aluno é o centro, o agente da aprendizagem. O professor, apenas um facilitador, um mediador.

A aprendizagem, ressalte-se, é a outra pedra angular de todo esse processo. Mesmo porque o grande desafio das Diretrizes Curriculares é a aprendizagem e não o ensino. O que será avaliado, daqui para a frente, não será mais o ensino e, sim, a aprendizagem. A



Mesa de abertura da IV Conferência: o representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia (Enefar), Esdras Daniel; a Presidente da Comissão de Ensino do CFF, Magali Demoner; o Vice-presidente e a Secretária-Geral do CFF, Edson Taki e Lérica Vieira; e a Diretora da Área de Medicamentos da Opas/OMS, Nelly Marin.



grande pergunta que se fará é a seguinte: o aluno aprendeu, ou não? Não importará muito a maneira como aconteceu o ensino. Não existe ensino sem aprendizagem.

Portanto, novas metodologias de ensino terão que ser oferecidas, com vistas à aprendizagem. Há dezenas delas sendo utilizadas pelo mundo afora. Todas primam exatamente por romper o método “antigo”, atado ao tecnicismo, levando o aluno a buscar, fora das quatro paredes da Universidade, o manancial para matar a sua sede de conhecimentos.

busca de sua solução. A busca é um processo que abriga profundas discussões, reflexões que leva ao aprendizado. Há, ainda, o método da interdisciplinaridade, entre outros.

Mas, cuidado, alertam os integrantes da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia. As instituições de ensino não precisam (e não devem) seguir um método já pronto. Cada uma deve buscar o seu caminho, adaptando o método às suas possibilidades, à sua realidade local e regional etc.

A se fiar na argumentação de que, com a nova educação, o acadêmico de Farmácia estará mais preparado, quando, então, ele se aproximar da realidade social, será o sonhado generalista, alguém muito mais apto a agir, não como um técnico de saúde, mas um profissional multiquificado e dotado de amplos conhecimentos, capaz de fazer do seu meio algo muito melhor.

Mas, no entendimento da Comensino, há uma contradição nessa busca de uma nova e melhor educação: o crescimento do número de cursos de Farmácia. Para se ter uma idéia, de 1996 a 2004, o número de cursos cresceu 379%, chegando a 218 (os dados são do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Desses, 72% são particulares.

Para Radif Domingos, Ex-diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e integrante da Comissão de Ensino do CFF, a explosão “descontrolada” preocupa, porque está ligada à falta de qualidade. “Grande parte desses

novos cursos não possui a sua farmácia-escola, os seus laboratórios e as suas bibliotecas adequados”, denuncia.

Para explicar que o número de cursos cresce a tamanha velocidade, Radif lembra que, faltando cinco minutos para o início de sua palestra na IV Conferência, os dados que ele possuía, colhidos do Inep, revelavam a existência de 215 cursos. “Quase à hora de eu fazer a palestra, chegou um professor de Farmácia, trazendo uma novidade: o número já havia crescido para 218”, informou o integrante da Comensino.

Dos 215 cursos, 93 ainda não foram reconhecidos pelo Ministério da Educação, embora estejam com o seu processo de reconhecimento em andamento. Muitos ainda sequer formaram as suas primeiras turmas.

Essa quantidade de cursos (sem incluir os três mais recentes) são responsáveis por 21.800 vagas por ano. Hoje, o Brasil possui cerca de 80 mil farmacêuticos. Uma projeção feita pela Comissão de Ensino para daqui a cinco anos aponta para um número assustador: 190 mil profissionais.

Recomendações – Os participantes da **IV Conferência Nacional de Educação Farmacêutica**, em plenária final, fizeram uma série de recomendações aos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia (CRFs) e às instituições de ensino (IEs) importantes.

Ao CFF, a recomendação foi a de que encaminhem documento ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Saúde, solicitando a imediata suspensão de autorização de abertura de novos cursos de Farmácia, face ao excessivo número já existente,



Coordenadores de cursos, professores e acadêmicos de Farmácia lotaram o auditório para debater a nova educação farmacêutica

A Universidade de Harvard (EUA), por exemplo, tem preferência pelo método PBL (do inglês *Problem Basic Learning*), baseado em problemas. O aluno ou grupo de alunos recebe do professor problemas, ou os cria, e sai em



hoje, de 215, no País. A plenária final manifestou total desaprovação à idéia da criação do exame de proficiência e sugeriu que, ao invés disso, o CFF incentivasse mais ainda a educação continuada.

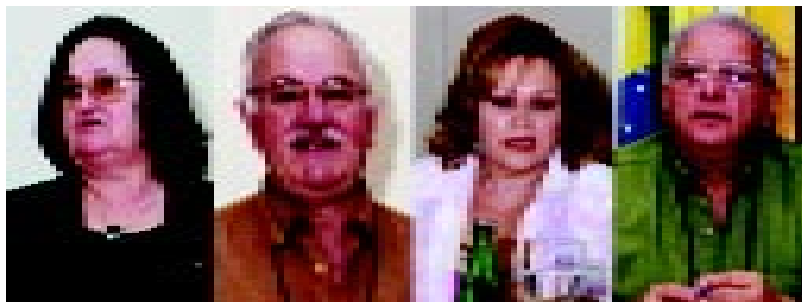
Já aos CRFs, as principais recomendações são as seguintes: - que, através de suas Comissões de Ensino, promovam encontros de coordenadores de curso de Farmácia e dos acadêmicos dos seus Estados, com vistas a discutir a implementação das Diretrizes Curriculares; que discutam novos conceitos educacionais das Diretrizes, de acordo com as características regionais.

As recomendações feitas às instituições de ensino foram as seguintes: que fomentem a capacitação e o envolvimento do do-

cente nas áreas de saúde pública e de ciências humanas; que institua a carga horária mínima de 4 mil horas, não incluídos o estágio (20% do tempo previsto), nem as atividades complementares; que implementem uma política de extensão em consonância com os projetos políticos e pedagógicos,

de modo a dar suporte às atividades práticas junto à comunidade.

A plenária da Conferência recomendou ainda que os projetos didático-pedagógicos dos cursos de Farmácia contenham estratégias que garantam a inter e a transdisciplinaridade e as atividades múltiprofissionais.



A Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia (Comensino) é integrada pelos farmacêuticos-professores Magali Demoner, sua Presidente e Conselheira Federal (Espírito Santo), Carlos Cecy (Paraná), Zilamar Fernandes (Rio Grande do Sul) e Radif Domingos (Goiás).

PRONUNCIAMENTOS

Não se quer apenas um técnico

O Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia, Edson Chigueru Taki, evocou o pensador norte-americano Alvim Tofler, para falar, em seu pronunciamento na abertura da **IV Conferência Nacional de Educação Farmacêutica**, sobre as transformações que estão ocorrendo no campo da educação. Tofler de-

bruçou-se em estudar a moderna gerência e a compreender a nova universidade e o seu papel no complexo mundo de hoje.

Há 32 anos, Alvim Tofler disse que “nos próximos anos, haverá uma mudança tão intensa na sociedade, tão profunda, tão rápida e tão global, que as pessoas ficarão chocadas”. Edson Taki completou, dizendo que a educação foi o espaço que sofreu o choque com maior intensi-

dade de todo esse processo de transformações previsto pelo norte-americano.

Tofler, disse o dirigente do CFF, divide a história econômica em quatro ondas. A quarta onda é marcada pela sinergia entre as duas revoluções modernas: a informática e a genética. Taki lembra o farmacêutico, Ex-ministro da Cultura, Ex-reitor das universidades Federal e Estadual de Minas Gerais, Aluísio Pimenta, que, falando deste assunto, pergunta: “Como enfrentar as ondas de Tofler?”

O próprio Pimenta enfatiza que só há uma resposta à pergunta: **educação**. Mas uma educação permanente, que exista na escola, em casa, no trabalho, no lazer, na política e, enfim, “em todos os momentos de nossa vida”. Uma educação para todos, democrática e integrada à realidade.

“O conhecimento e a aprendizagem são as peças-chave desse processo de mudança. Afinal, somos uma sociedade do conhecimento. O farmacêutico não pode viver fora desta realidade”, disse o Vice-presidente. E comentou sobre as instituições de ensino: “Elas não podem cercar-se de uma *muralha chinesa* que as isole da



Edson Chigueru Taki, Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia



realidade social. A universidade precisa reverberar os interesses da comunidade”, complementou Taki.

O dirigente do CFF ressaltou que, na Farmácia, não é diferente. Segundo ele, é preciso se construir uma educação farmacêutica a par do nosso tempo, do mercado, das ciências e da tecnologia, dos anseios sociais, das mudanças sanitárias etc. “Sabemos que evoluímos muito de um pouco tempo para cá, mas os desafios deste mundo moderno são grandes e, a cada instante, novos chamamentos nos são feitos. Só nos resta enfrentá-los, mas, para isso, precisamos estar atualizados”, explicou.

Disse que as Conferências Nacionais de Educação Farmacêutica, realizadas pelo CFF, têm a função de abrir caminhos para que as mudanças ocorram. Ele falou também sobre as Diretrizes Curriculares, que são o primeiro resultado institucional das mudanças: “A adaptação das unidades de ensino às Diretrizes nós sabemos que é um processo difícil. Afinal, as mudanças exigidas são muitas, além de complexas. Elas atingem raízes profundas do ensino e algumas dessas raízes, mesmo apodrecidas, resistem em dar lugar à mudança. É compreensível. Toda

mudança tem o seu preço. Mas elas têm de ser implementadas”.

Edson Taki frisou que não se busca apenas um técnico perfeito, o que, por si só, já seria algo difícil. O farmacêutico de que a sociedade precisa é o profissional que a conheça, que saiba de suas realidades sociais, econômicas, sanitárias, mercadológicas, profissionais, culturais etc. Que se interaja com o paciente e com os demais profissionais de saúde, que disponha de um arco de conhecimentos em diversas áreas afins e não-afins, que ajude a construir uma saúde melhor para a sua comunidade.

No momento em que se pronunciava, na abertura da Conferência, o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, submetia-se a uma cirurgia no pé, em Goiânia, para a colocação de pinos. Souza Santos havia fraturado o pé esquerdo, 15 dias antes, em decorrência de uma queda. Edson Taki lembrou o Presidente, dizendo que Dr. Jaldo “é um grande entusiasta e estimulador das mudanças na educação farmacêutica e adotou uma política de incentivo às mesmas”.

Universidade: um poço de polêmica, de debate, de dúvida e de necessidade de mudança

A mudança na universidade não é fácil, por sua própria característica, contraditória e crítica, em relação à sociedade na qual está inserida e da qual depende, tanto para o seu sustento, como para o seu sucesso. As palavras fazem parte do pronunciamento da Presidente da Comissão de Ensino (Comensino) do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Magali Demoner Bermond, também Conselheira Federal de Farmácia pelo Espírito Santo e professora universitária, proferido na abertura da IV Conferência.

Segundo Magali, a universidade sempre encontrou dificuldades para chegar a um consenso sobre si própria e sobre os rumos que deve seguir. “Ela vive conflitos de toda ordem: teóricos metodológicos, ideológicos, pessoais, trabalhistas, corporativistas, financeiros e outros. E mais: ela tem por finalidade e estratégia pedagógica cultivar a polêmica, o debate, a dúvida e a diferença”, explicou.

Para alcançar a modernidade, a universidade tem que universalizar o acesso, a permanência e a conclusão de uma educação de qualidade o que, nos dias de hoje, significa “ensinar para a competência e para a consciência”, ressaltou a Presidente da Comensino. Isso, disse Magali, traduz-se em formar cidadãos, permitindo aos acadêmicos a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Mas alertou que, no mundo moderno, a educação não significa apenas inovar pedagogicamente. “Certamente, a inovação pedagógica é muito importante para a educação, mas também temos que levar em consideração a vontade política que, por sua vez, depende não só da técnica, mas da vontade coletiva”.



Magali Demoner Bermond,
Presidente da Comissão
de Ensino (Comensino)



O foco do processo de educação está sendo deslocado do ensino para a aprendizagem e isso, observou a professora, gera expressões “muito fortes”, como aprender a aprender, aprender a viver com o diferente, a conviver, a fazer, a ser, a pensar e a aceitar as mudanças. “Não se admite mais uma formação na área da saúde que não leve em conta as características básicas da vida em sociedade e das dimensões sociais de uma prática profissional”, continuou.

A Presidente da Comissão de Ensino salientou

que a Farmácia experimenta grandes dificuldades para restabelecer as pontes que ligam as estruturas de pensamento às estruturas sociais, necessárias para uma nova consciência profissional.

O objetivo maior desta nova educação, no entendimento de Magali Demoner, é o medicamento em toda a sua plenitude, dando oportunidade aos novos profissionais de atuarem na atenção farmacêutica, no uso correto do medicamento e de resgatar o elo que o liga ao paciente, sem, contudo, abandonar o Alimento e as Análises Clínicas.



Nelly Marin Jaramillo, Coordenadora da Área de Medicamentos e Tecnologias da Opas

Pan-americana de Saúde) / OMS, Nelly Marin Jaramillo, em seu pronunciamento na abertura da Conferência de Educação Farmacêutica. Por isso, explicou

OMS: destaque à educação farmacêutica

A Organização Mundial de Saúde tem interesse especial no papel do farmacêutico na atenção à saúde. A declaração é da Coordenadora da Área de Medicamentos e Tecnologias da

Organização Mundial de Saúde, Nelly Marin Jaramillo, em seu pronunciamento na abertura da Conferência de Educação Farmacêutica. Por isso, explicou

ela, a OMS conceitua com destaque o papel da educação farmacêutica. “A educação farmacêutica é a responsável pela formação do profissional que vai contribuir para a atenção farmacêutica, garantindo a qualidade do medicamento e o seu uso racional”, salientou Nelly Marin, acrescentando que a OMS está atenta à questão da qualificação do farmacêutico.

Ela aproveitou para anunciar a realização da VI Conferência Pan-americana de Atenção Farmacêutica, em São Paulo, em 2005, em que será discutida a organização dos serviços farmacêuticos no sistema de saúde. “Neste momento de globalização, discutir as harmonizações no setor farmacêutico é um grande feito”, exclamou.

A educação acessível e libertadora

O representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia (Enefar), Esdras Daniel, questionou, em pronunciamento, que educação o setor de Farmácia está buscando: aquela que resulta do continuísmo ligado ao capital, ou a que liberta e que seja de acesso a todos?

Disse que a Enefar busca uma educação farmacêutica que forme profissionais de saúde voltados aos interesses sociais e não pessoais ou de grupos. “Queremos uma educação que transforme”, declarou. Os estudantes estiveram presentes ao evento em expressivo número.



Esdras Daniel, representante Enefar



Norberto Rech, assessor especial do Ministério da Saúde

O farmacêutico precisa descobrir o impacto que ele causa no cotidiano das pessoas

Harmonizar, observa ele, é buscar consensos fundamentais e não tentar igualar o desigual.

“Buscar a harmonização na educação farmacêutica não é nos adaptarmos ao modelo de Estado e das universidades, nem do mercado”, chamou atenção o farmacêutico, lembrando que é a busca de uma educação que forme profissionais voltados para os interesses sociais.

A harmonização é que vai levar ao equilíbrio entre a técnica e o humanismo na educação farmacêutica. A educação, sublinhou Norberto Rech, precisa ser permanente. “O farmacêutico não pode ser formado e, depois, entregue à própria sorte. É preciso que ele tenha acesso ao conhecimento pela vida inteira”, alertou.

Norberto Rech disse que o farmacêutico, não raramente,

mente, não sabe do impacto do seu próprio universo, do seu próprio poder, no cotidiano das pessoas, das mais ricas às que estão abaixo da linha da miséria.

“Tudo depende da maneira como o farmacêutico utiliza o seu conhecimento humanista, baseado na ética solidária”, argumentou. Aproveitando o assunto *solidariedade* que tem norteado a educação moderna, ele salientou que é preciso não servir algo, mas servir alguém. Para o assessor especial do Ministério da Saúde, a instituição de ensino precisa saber a quem o farmacêutico que ela está formando vai servir.

Ainda dentro desse contexto, lembrou que o Brasil possui, hoje, uma norma que estabelece que todos os cursos de saúde têm por escopo e meta o Sistema Único de Saúde. Fez questão de salientar que não estava referindo-se exclusivamente à saúde pública, mas também à privada, vez que o SUS possui interfaces com esta. “A **IV Conferência Nacional de Educação Farmacêutica** vai contribuir muito para o processo de transformação do farmacêutico”, concluiu.

ARTIGO

A cidadania e as diretrizes curriculares

Carlos Cecy, professor aposentado de Farmacotécnica das universidades Federal do Paraná (UFPR) e Católica do Paraná (PUC-PR), Ex-presidente do CFF e integrante da Comissão de Ensino do CFF. O professor Carlos Cecy escreveu este artigo a convite da revista PHARMACIA BRASILEIRA. Contatos com o mesmo podem ser feitos pelo e-mail comensino@cff.org.br

Dos temas mais difundidos nos meios de comunicação, políticos, re-

ligiosos e educacionais, a cidadania é, sem dúvida, um dos mais frequentes. Com efeito, todos, mesmo com enfoques diferentes, estão proclamando preceitos democráticos e exigindo seus direitos de cidadãos.

Diante disso, a educação não pode ficar fora da discussão do seu real significado.

A cidadania deve ser construída num processo ideológico, que passa pela formação de uma consciência social e do seu reconhecimento em termos de direitos e deveres. Essa preocupação, como será vista, não ficou à margem do sistema educacional. A lei que fundamenta a educação brasileira – a LDB, de 1966, já nos seus primeiros artigos, contempla a formação do educando para o exercício da cidadania. Mais recentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos da área da saúde, vêm



proclamar que o atendimento a ser prestado por esses profissionais deve ser humanizado e que a sua atuação, além de ser pautada em princípios éticos, deve levar em conta as realidades social, cultural e econômica do seu meio.

A Lei número 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para a educação nacional, é bastante explícita quanto à preocupação com a cidadania. Assim, já em seu artigo 1º, parágrafo 2º, estabelece que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

O seu artigo 2º é ainda mais explícito: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Observe-se que como forma de destacar a importância dessa formação, o legislador priorizou o desenvolvimento do educando e o preparo para o exercício da cidadania, deixando a qualificação para o trabalho por último.

O Artigo 43, que trata das finalidades do ensino superior, não ficou alheio à formação integral do educando. Assim, é estimulado o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; da criação e difusão da cultura, como forma de entender o homem e o meio em que vive; do conhecimento dos problemas mundiais, em particular os nacionais e regionais, para que possa prestar serviços à comunidade e estabelecer com ela uma relação de reciprocidade.

Por sua vez, as Diretrizes Curriculares, aprovadas em 2002, tornou ainda mais objetiva a preocupação com a formação do cidadão e incluíram, entre os conteúdos dos cursos

da área da saúde, o bloco das Ciências Humanas e Sociais, de forma a levar os acadêmicos à compreensão das determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e, ainda, os conhecimentos de comunicação, de economia e gestão administrativa, tanto em nível individual e coletivo.

Finalmente, como que a somar com essa preocupação, vieram juntar-se os apelos do Governo Federal, no sentido de uma mobilização nacional contra a fome e ao baixo índice de desenvolvimento humano que estigmatiza do Brasil. Através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Organização das Nações Unidas classifica a qualidade de vida das nações, levando em consideração os índices educacionais, a longevidade e a renda *per capita*.

A classificação varia de 0,0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1,0 (desenvolvimento humano total). O *ranking* mundial de IDH da ONU, de 2003, registrou o Brasil na 65ª posição, entre os 165 países levantados. Com uma pontuação de 0,776, o Brasil ficou abaixo de países, como a Rússia, Colômbia, Cuba, Chile, Argentina, Uruguai, México, Panamá e Costa Rica.

Portanto, a formação do cidadão, embora sempre tenha sido uma preocupação educacional, nunca aflorou com tanta intensidade como agora. O País não suporta mais conviver com tanta desigualdade social. Temos cinco Estados com IDH superior a 0,800, sendo considerados de alto desenvolvimento; e, ao mesmo tempo, convivemos com os demais 22 Estados cujo IDH varia de 0,636 a 0,787, sendo considerados de médio desenvolvimento. Além disso, o Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo. Para superar esses desafios, todos os seguimentos sociais estão sendo chamados a dar sua contribuição. Caberá ao setor educacional fazer a sua parte.

A inclusão nos programas das disciplinas da área das Ciências Humanas é talvez o maior desafio

para os coordenadores de cursos, ao planejarem a implantação das Diretrizes Curriculares. A falta de convivência com profissionais dessa área e a maneira como abordar esse tema, de sorte a não perder a perspectiva da profissão farmacêutica, tornam esse assunto um verdadeiro tabu.

Todavia, há que se começar. O professor Arnaldo Zubioli, em sua obra “Ética Farmacêutica”, ao abordar o ensino da Deontologia, deixa clara sua interdisciplinaridade com a Filosofia, a História, a Sociologia, a Psicologia, o Direito e a Economia Política, deixando entender a necessidade desses conhecimentos por parte do farmacêutico.

Após dissertar sobre a importância de cada uma dessas ciências, conclui o professor Arnaldo: “Todos os aspectos apresentados a respeito do caráter de interdisciplina da Deontologia apóiam a idéia de que os direitos-deveres dos profissionais não podem ser analisados isoladamente, mas, sim, num contexto circunstancial mais amplo, em conjunto com outras disciplinas, para que haja a compreensão nítida da realidade profissional”.

A inclusão dessas disciplinas é uma das formas de se chegar ao perfil do egresso proposto pelas Diretrizes Curriculares: humanista, crítico e reflexivo. Nada impede a existência de outros caminhos, desde que o objetivo seja alcançado. É o caso das atividades complementares, quando implementadas, corretamente. Todavia, parece claro que a superação desse desafio é função de todos: alunos e professores.

A mudança só se concretizará, havendo engajamento e a compreensão efetiva de todos os atores envolvidos no processo. A nossa realidade só será transformada, à medida que formarmos indivíduos conscientes da sua cidadania, sensíveis aos problemas sociais, éticos, solidários, criativos e dotados de iniciativa. Enfim, é o que se espera do novo profissional farmacêutico, com formação generalista.



ARTIGO

Currículo integrativo e o desafio da profissionalização para a docência

Léa das Graças Camargos Anastasiou, professora aposentada da UFPR, atua como colaboradora no Mestrado de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de pesquisa em educação médica. Tem pós-doutorado pela USP em Profissionalização Continuada do Docente Universitário. É autora do livro "Metodologia do ensino superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica" (1998), entre outros. A professora Léa escreveu este artigo a convite da revista PHARMACIA BRASILEIRA. Contatos com a professora podem ser feitos pelo e-mail leagc@matrix.com.br e pelos telefones (48)237-9314 e 9961-8024.

Um dos grandes desafios da universidade, tendo como foco o ensino, passa pelo atendimento às mudanças curriculares sintonizadas com as transformações da realidade e propostas pela legislação (LDBEN 9394/96 e Diretrizes curriculares). Propor, organizar e efetivar um currículo que dê conta das mudanças e necessidades atuais da sociedade exige profissionais docentes engajados, competentes e criativos.

Diferentemente de outras profissões de nível superior, porém, a docência universitária tem sido marcada por uma situação ímpar: trata-se de um papel profissional que, na maioria das vezes, vem sendo exercido sem o devido preparo. Isto, porque a maioria das pessoas que ingressa no magistério superior inicia-se e mantém-se na profissão, sem o domínio teórico-prático necessário para esta atividade; talvez seja a única profissão em que se dorme profissional de uma área (Medicina, Odontologia, Farmácia, etc) e acorda-se *profissional* de outra: a *docência*.

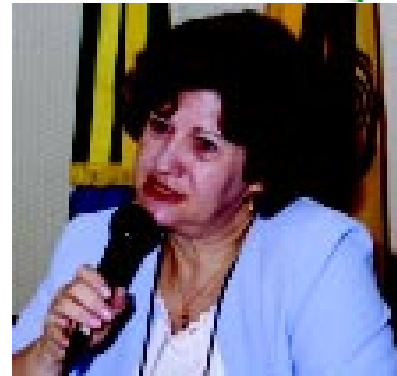
Neste contexto, o magistério é considerado como uma profissão que não tem saberes próprios, como se um "dom divino" (ou coisa similar) se "infiltrasse", possibilitando o exercício da docência. Talvez, por isto, verifica-se

a manutenção de uma ação docente calcada no modelo tradicional jesuítico, com a exposição do conteúdo pelo professor, as anotações e memorizações dos alunos sobre estes mesmos conteúdos e sua verificação nas tradicionais provas permanecem tal qual eram em séculos passados.

Desde 1992, trabalhando sistematicamente com professores universitários, tenho constatado que o domínio destes saberes, tanto teórico, quanto prático, altera substancialmente o fazer docente, possibilitando aos professores novas formas de perceber, identificar situações e problemas, e organizar suas ações e as dos alunos. Tais inovações são necessárias ao processo de ensino e ao de aprendizagem, porque contribuem para a construção de um fazer coletivo, essencial à integração curricular.

Explicam-se, assim, as experiências de várias instituições de educação superior, que vêm investindo, de forma sistematizada ou pontual, na profissionalização continuada de seus quadros docentes, obtendo, a partir destas ações, vários resultados, dos quais acentuamos:

- o atingir-se dos objetivos institucionais advindos da função social da universidade na formação de profissionais cidadãos, capazes, comprometidos e competentes para atuar criticamente na realidade nacional;
- superar um fazer rotineiro, repetitivo, por conhecer e efetivar a teoria e prática pedagógica, oferecendo maior realização profissional aos docentes que passam a atuar com competência e compromisso social;
- possibilitar ao docente a ampliação de seu autoconhecimento e a construção de um novo fazer para a aula universitária;



Professora Léa das Graças Camargos Anastasiou

- ultrapassar currículos organizados em grade em direção a configurações mais integrativas.

Os processos de profissionalização continuada caracterizam-se por serem ação institucional contínua, visando à construção coletiva de um novo fazer para que o corpo docente assuma, de forma articulada, construtiva, integrada, problematizando e buscando, colegiadamente, respostas para as questões específicas de cada instituição e região.

Para além de um prédio ou de um campus, uma instituição de educação superior – seja centro universitário, faculdades integradas, universidade ou institutos ou escolas superiores, pública ou particular – é efetivada pelos seus sujeitos, seu corpo docente e discente. Tem um compromisso social no que se refere à sua função ensino. Para isto, é preciso que estes sujeitos atuem, construtiva e coletivamente. Trata-se de proposta nova e desafiante, mas necessária ao momento que atravessamos como nação e como integrantes de um mundo constantemente em mudança.

Lidar com a mudança, com o novo, com a flexibilidade, com o imprevisto e o imponderável precisa ser apreendido também por nós professores universitários: daí, a importância de nos organizarmos em ações coletivas, colegiadas, de parceria e troca. É neste contexto que a mudança curricular aponta e pontua a importância dos processos de profissionalização continuada dos docentes universitários.